

Uma leitura da Amazônia a partir da obra de Milton Santos: contribuições da Escola Uspiana de Geografia

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior¹



RESUMO

Muitos pressupostos teórico-metodológicos oriundos da Escola Uspiana de Geografia (EUG) têm inspirado várias pesquisas que buscam entender o território brasileiro. Um dos autores mais mencionados é Milton Santos, que tem também sido considerado um dos mais expressivos pensadores dessa escola de formação de geógrafos no Brasil. Na sua trajetória intelectual há importantes contribuições de especial interesse para a Amazônia, e seu pensamento muito influenciou reflexões a respeito dessa região no atual momento histórico. Dentre essas reflexões, pode-se destacar um rol de trabalhos, realizados em campos distintos do conhecimento geográfico, que levam em conta conceitos, noções e bases teóricas do autor em referência. O inventário desses trabalhos, assim como a análise de conteúdo do material levantado, possibilitou estabelecer uma sistematização sobre a contribuição de Milton Santos a respeito da Amazônia. Tal empreendimento ajuda a demonstrar a relevância de seu pensamento para a abordagem das questões e dos problemas dessa emblemática região que ocupa vasta extensão do território brasileiro e sul-americano.

Palavras-chave: Milton Santos. Escola Uspiana de Geografia. Geografia Humana. Região. Amazônia.

¹ Geógrafo e Bacharel em Direito, Doutor em Geografia Humana. Professor Titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Pesquisador 1D, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Brasil. E-mail: stclair-jr@hotmail.com.

ABSTRACT

Many theoretical and methodological assumptions of the Uspiana School of Geography (EUG) have inspired several studies that seek to understand the Brazilian territory. One of the most mentioned authors is Milton Santos, who has also been considered one of the most expressive thinkers of this school of formation of geographers in Brazil. In his intellectual trajectory there are important contributions of special interest to the Amazon, and his thinking greatly influenced reflections about this region in the present time. Among these reflections, it is possible to highlight a list of them, conceived in different fields of geographic knowledge, that take into account concepts, notions and theories originated from the work of the author in reference. The inventory of these works, as well as the content analysis of all the material that was collected, became possible to systematize the contribution of Milton Santos regarding the Amazon. This effort helps to demonstrate the importance of his thought to approach the issues and the problems of this emblematic region that occupies vast extension of the Brazilian and South American territory.

Keywords: Milton Santos. Uspiana School of Geography. Human Geography. Region. Amazon.

INTRODUÇÃO

Como intelectual da Geografia da Universidade de São Paulo (USP), Milton Santos inspirou em muito a forma de pensar a disciplina dentro e fora dessa universidade, levando pesquisadores e discentes a elaborarem estudos com base em suas ideias. Além da presença fundamental dos pressupostos da economia política marxista, seu pensamento incorpora também outras contribuições não necessariamente marxistas, mas de igual importância na teoria crítica.

Tendo em vista sua importância intelectual não apenas para a ciência geográfica, como para o pensamento crítico de um modo geral, indaga-se: Milton Santos pensou a Amazônia? Qual a importância de suas contribuições para entender a dinâmica recente que caracteriza o espaço amazônico? Quais os desdobramentos de seu pensamento no âmbito da produção intelectual da Universidade de São Paulo para o conhecimento sobre a região?

Além de reflexões diretamente voltadas para a região, no âmbito da ciência geográfica, suas ideias suscitaram também teses e dissertações sobre o espaço amazônico no interior do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH) da Universidade de São Paulo. São trabalhos em nível de mestrado e de doutorado realizados na perspectiva da Geografia Urbana, da Geografia Agrária, da Geografia Econômica, da Geografia Política, do Planejamento Urbano e Regional, da Geografia do Turismo, da Geografia da População e da Geografia da Saúde.

Para efeito da presente discussão², além de obras do próprio autor, serão considerados esses trabalhos sobre a Amazônia produzidas no PPGH/USP e elencados a partir de levantamento realizado no banco de teses e dissertações da Universidade de São Paulo (USP, 2016). O recorte temporal para esse levantamento considerou o ano de 1963, como ano inicial, quando foi apresentada a primeira tese sobre a Amazônia naquele programa, e o ano de 2015, como ano limite, quando foi finalizada a pesquisa que deu origem à presente sistematização.

A discussão se inicia contextualizando e caracterizando o que aqui se chama de Escola Uspiana de Geografia (EUG), da qual fez parte Milton Santos. Em seguida, fala-se da importância desse intelectual no que se refere ao entendimento de questões geográficas contemporâneas, especialmente sobre a Amazônia; para, ao final, apresentar o perfil das teses e dissertações em Geografia Humana sobre a Amazônia do PPGH/USP que, de uma ou de outra forma, têm inspirações na obra e/ou ideias do autor em referência.

2 Este trabalho - apresentado com o mesmo título em primeira versão durante o XVI Encuentro de Geógrafos de América Latina, no ano de 2017 em La Paz (Bolívia) (TRINDADE JR., 2017) - sistematiza resultados de investigação dos projetos de pesquisa “Um olhar geográfico em perspectiva: a Amazônia na abordagem do espaço como instância social” e “O urbano e o regional na compreensão geográfica do espaço amazônico: leituras e abordagens em perspectiva”. O primeiro, desenvolvido como parte das atividades de bolsa de produtividade de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e o segundo, decorrente do estágio de pós-doutorado realizado pelo autor no Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob supervisão da Profa. Dra. Sandra Lencioni, também financiado pelo CNPq, entidade do governo brasileiro voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico.

UMA ESCOLA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA?

Normalmente, ao se falar de escola de pensamento em Geografia, remete-se a uma concepção de geografia clássica da qual são expressões, por exemplo, a escola francesa e a escola alemã. Questiona-se, inclusive, a possibilidade de produções geográficas tão recentes, como a brasileira, constituírem, de fato, escolas de conhecimento geográfico, uma vez que se distanciam do perfil daquelas consideradas como consolidadas na história do pensamento geográfico mundial.

Em que pesem esses argumentos, sustentamos aqui a consolidação de uma forma de pensar e de fazer geografia no Brasil que vem ganhando expressão ao longo dos anos e que se projeta não apenas em nível do território brasileiro, mas também na escala latino-americana e que, para efeitos do presente estudo, chamaremos de Escola Uspiana de Geografia (EUG).

Conforme sugerimos em trabalho anterior (TRINDADE JR., 2015), a ideia de escola aqui tratada leva em conta alguns elementos que ajudam a configurar o perfil da EUG no que concerne à importância da produção científica nela presente, assim como ao seu papel na formação de geógrafos brasileiros, mas também de outras nacionalidades, que buscam na USP sua formação, notadamente em nível de pós-graduação.

Pautada no pensamento ocidental europeu, especialmente o francês, e particularizada, desde a sua origem, no enfoque de questões que dizem respeito à formação territorial brasileira e latino-americana, a Geografia uspiana carrega uma preocupação teórica e de leitura da totalidade que não se circunscreve aos limites estritos da disciplina, apresentando-se, ainda que com matizes diferentes, sob o enfoque de uma metageografia. Tal concepção está presente em autores como Monteiro (1980), Carlos (2011) e também Milton Santos, conforme sustenta Contel (2014).

Ideia comum nessa postura é a preocupação de entendimento da sociedade e de construção de um pensar geográfico que não se fecha em si mesmo, proporcionando um diálogo filosófico e científico de interface de conhecimentos, sem, com isso, fragilizar a sua identidade. Tal interface tem como ponto de diálogo a importância do espaço para o entendimento da sociedade e de suas questões, conforme se constata na ideia de uma “Geografia Nova” proposta por Santos (1986).

Contrapondo-se ao pragmatismo geográfico dos modelos de análise inspirados na lógica formal e a estudos empíricos de enfoques pontuais, é bem clara também a formação humanista na tradição dessa escola, que, calcada na densidade da reflexão crítica, concebe a geografia e suas questões como parte das ciências sociais. É esta postura que proporciona o profícuo diálogo interdisciplinar, anteriormente mencionado, sem que para isso haja comprometimento da particularidade da própria ciência geográfica.

A construção de uma retórica política aliada ao saber geográfico sustentada em bases científicas que negam uma possível neutralidade do conhecimento sobre o espaço, parece ser um dos elementos que possibilitam também uma ampla difusão de ideias da EUG. Trata-se de um conjunto de interpretações e proposições de ordem teórica e conceitual com claras preocupações de natureza social, capazes de projetá-la para além do entorno imediato de sua produção intelectual e com efetiva força de nucleação em diversos centros de ensino e de pesquisa científica dentro e fora do País.

De origem recente, sua primeira fase de formação esteve influenciada pela concepção clássica francesa de Geografia³, dominada, ainda, pela perspectiva vidaliana, a “monografia regional”, que também se fez presente nos primeiros trabalhos sobre a Amazônia elaborados no interior da EUG. De qualquer forma, desde esse primeiro momento já se iniciava, na tradição dessa escola de Geografia, a formação humanista anteriormente mencionada, sempre apoiada em elementos da história, tidos como imprescindíveis para a reflexão geográfica. Tais elementos iriam permanecer nos trabalhos elaborados sobre aquela região em décadas seguintes. Trata-se de um perfil da Geografia uspiana e que foi responsável, em boa medida, por assumir, em seu discurso, a disciplina como uma verdadeira ciência da sociedade.

Segue esses trabalhos uma série de outros, em nível de mestrado e de doutorado, já motivados pelas primeiras repercussões advindas da inauguração da Rodovia Belém-Brasília e da integração da região ao território brasileiro, que alimentavam, no interior da USP, análises sobre a Amazônia abordando questões regionais de destacado teor reflexivo, segundo a perspectiva de uma “Geografia Crítica” (MORAES; COSTA, 1999), como ficou conhecida, ou de uma “Geografia Nova”, nos termos de Santos (1986); abordagem essa que passou a dar o tom à geografia uspiana, notadamente a partir da década de 1980⁴.

Os anos noventa definiram para a Amazônia não apenas uma avaliação das estratégias de integração implantadas sob a perspectiva do governo autoritário, como também sugeriram uma nova forma de inserção efetiva da região na economia globalizada. Apresentava-se uma espécie de transição das políticas, perpassadas por medidas de natureza neoliberal associadas ao discurso da sustentabilidade; políticas essas que começaram a fazer parte da agenda governamental ao se referir à Amazônia.

Dessa forma, os impactos capitalistas resultantes da integração da Amazônia ao restante do País, estavam a exigir interpretações mais contundentes sobre a nova realidade que se revelava. E no interior da Escola Uspiana de Geografia em específico, delineavam-se, em especial a partir da segunda metade dos anos noventa, novas formas de leitura que se alicerçavam nas premissas críticas em que foi construído o pensamento geográfico uspiano desde a sua ruptura com a chamada Geografia Tradicional, mas que ganhavam aprofundamento e refinamento, sem que para isso houvesse um abandono de fundamentos e inspirações marxistas iniciais.

Martin (2015) identifica pelo menos três lentes principais de interpretação que se projetam no interior do pensamento crítico da Geografia brasileira e que podem muito bem ser reconhecidas no interior da USP: o da nova geografia agrária, o da geografia urbana radical-crítica e o da mundialização-globalização. É principalmente nesta última lente que identificamos o pensamento de Milton Santos e de suas contribuições para problematizar o espaço amazônico e suas questões.

3 Nesse momento, ainda na primeira metade do século XX, pode-se identificar uma primeira geração de pesquisadores no Brasil, a exemplo de Pierre Deffontaines, Emmanuel de Martonne e Pierre Monbeig, que, em muito, contribuíram para a formação dos primeiros geógrafos brasileiros influenciados pelo pensamento geográfico francês.

4 Desde o Encontro Nacional de Geógrafos ocorrido no ano de 1978 na cidade de Fortaleza, começou-se a viver no Brasil uma verdadeira renovação no plano metodológico da disciplina e que iria dar notoriedade à abordagem que ficou conhecida como Geografia Crítica, da qual a Universidade de São Paulo tornou-se sua principal expoente.

UM AUTOR E UMA ESCOLA

Vários são os autores que têm inspirado e influenciado a compreensão da Amazônia no interior da Universidade de São Paulo. Na Geografia, o geógrafo baiano Milton Santos, cuja carreira em grande medida se liga ao Departamento de Geografia (DG) da USP, integrante da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), desenvolveu conceitualmente e teoricamente uma série de contribuições que têm ajudado a definir um olhar do mundo a partir de nossa própria realidade brasileira e latino-americana. Uma primeira questão a ser feita, entretanto, tendo em vista a proposta de análise aqui apresentada, é de saber se a Amazônia foi objeto de preocupação desse autor ao longo de sua produção científica.

Ainda que o foco principal de suas preocupações não tenha sido essa região, pode-se dizer que, no decorrer de sua produção, a Amazônia aparece como referência e em forma de exemplo em várias discussões e problematizações. É o que acontece, por exemplo, em uma de suas principais obras, “Por uma geografia nova” (SANTOS, 1986), quando a Amazônia é referenciada explicitamente no capítulo em que o autor pensa o espaço como instância da sociedade, sendo esta uma de suas principais proposições.

Nessa oportunidade, afirma que o espaço não pode ser considerado como uma estrutura social que depende unicamente da economia, mas que outras influências também interferem nas modificações da estrutura espacial, como, por exemplo, a política; momento em que menciona o processo de povoamento da região pelos países incluídos em sua bacia como um caso estratégico de política internacional, de modo a se garantir a soberania nacional:

os órgãos de segurança de um Estado podem solicitar ou mesmo exigir de um governo o povoamento das regiões fronteiriças ou a construção de estradas, portos e aeroportos considerados como estratégicos. Para tomar um caso concreto, que pensar do povoamento da Amazônia pelos países incluídos em sua bacia, senão como um caso típico de política internacional sugerido pelas realidades do nosso tempo? Em todas essas hipóteses, o que também se está fazendo é criar instrumentos de produção, mesmo que seja sem relação voluntária com a necessidade de produzir (SANTOS, 1986, p. 148).

Como esse, há outros trabalhos do autor que podem ser considerados de relevância para a compreensão do papel da região no mundo contemporâneo, conforme já pudemos identificar em outras contribuições (TRINDADE JR., 2010 e OLIVEIRA; TRINDADE JR., 2016) em que a região é apresentada como exemplo para situar categorias e noções que são por ele propostas, a exemplo do que faz com a noção de território usado:

a sociedade não atua sobre a natureza em si. O entendimento dessa ação é o nosso trabalho e parte do valor que é dado àquele pedaço de natureza – valor atual ou valor futuro. É o caso da Amazônia. A ação presente, os interesses sobre parte do território, a cobiça, e mesmo as representações atribuídas a essa parte do território têm uma relação com o valor que é dado ao que está ali presente. O que há na realidade é relação sociedade e sociedade enquanto território, sociedade enquanto espaço (SANTOS, 1999, p. 18).

Em um de seus artigos da década de 1980 (SANTOS, 1982), o autor volta sua atenção, mais especificamente ainda, para a Amazônia meridional, discutindo a tensão estabelecida entre o “novo” e o “velho” no arranjo socioespacial de Rondônia, considerado como parte de uma região aberta à colonização. Desde esse momento, aponta como uma das particularidades

amazônicas, não apenas as baixas densidades demográficas e econômicas, como também as baixas densidades técnicas de seu território. Em que pesem essas baixas densidades, a região amazônica não é tratada como sendo homogênea pelo autor; razão pela qual os elementos que a definem como região tendem a variar de acordo com as particularidades intrarregionais (SANTOS, 1982).

Essa mesma realidade, a da Amazônia meridional, foi também inspiradora para pensar o Brasil. Conforme relato do próprio autor, sua estada em Rondônia foi importante para a compreensão de São Paulo e de seu papel no comando do território brasileiro:

tinha estado em Rondônia e estava impressionado por haver descoberto São Paulo, porque foi lá que eu entendi como é que São Paulo se instala no Brasil como capital geral da nação, e como conseguiu esse comando único sobre todo o território. Tinha ido a Rondônia a convite de Sylvio Sawaya, como consultor, para fazer um texto a partir do qual eles trabalhariam empiricamente na Secretaria de planejamento. Então, me vieram muitas idéias sobre o Brasil (SANTOS, 2000, p. 117).

Outra importante contribuição sobre a região foi feita na década de 1990. Nessa ocasião, sua reflexão se volta para a Amazônia oriental, quando esteve no Pará⁵, e foi convidado a refletir sobre os chamados “grandes projetos” implantados na região, identificados, no quadro teórico por ele proposto, como sendo “grandes objetos” geográficos (SANTOS, 1994 e SANTOS, 1995). Isso porque, dada a caracterização da Amazônia como região de baixas densidades, os elementos do meio técnico-científico informacional que aí se instalam, tendo em vista a racionalidade intencional do Estado e do grande capital, assumem, mediante um discurso alienante, sua condição de grandiosidade.

São objetos de grande repercussão na dinâmica territorial e que são responsáveis por desestruturar relações até então presentes. Com isso, impõem-se novas ações aos lugares, provocando tensões e estranhamentos e reduzindo esse espaço à condição de “região do fazer” no quadro da nova Divisão Territorial do Trabalho que se estabelece. Sugere, ainda, pensar tanto em contrarracionalidades, como em possibilidades de ações capazes de subverter a racionalidade hegemônica, marcada por novas relações capitalistas. Aponta, por fim, a necessidade de uma nova planificação do espaço regional que tenha como pressuposto o conhecimento dos lugares e a potencialização de novas horizontalidades, em contraponto às verticalidades hegemônicas impostas pela globalização (SANTOS, 1994, 1995).

Outra obra em que a Amazônia é também objeto de recorrentes menções é aquela em que o autor discute a urbanização brasileira (SANTOS, 1993). Nesse livro, dentre outras contribuições em que menciona a região, chama a atenção o capítulo em que considera a diversidade regional da urbanização brasileira e o peso do passado em face dos processos recentes. Em relação à região em foco, diz:

na Amazônia, trata-se de uma relíquia dos períodos históricos anteriores, também e sobretudo da fase maior de exploração da borracha. Área onde o essencial da

5 O mesmo texto foi divulgado em publicações diferentes. Apresentado durante o seminário “Grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço”, realizado em Belém no ano de 1991, a reflexão nele presente trata da Amazônia sob a perspectiva dos grandes empreendimentos (SANTOS, 1995). Essa contribuição integra uma coletânea (CASTRO; MOURA; MAIA, 1995) de artigos apresentados durante o referido seminário, e também constitui um capítulo de um de seus principais livros que trata do processo de globalização, intitulado “Técnica, espaço e tempo” (SANTOS, 1994).

atividade era extrativa, associada a uma cultura de subsistência, faltavam-lhe densidade econômica e densidade demográfica para permitir o surgimento de sólidos organismos urbanos locais fora dos pontos de nucleação mais importantes, representados pelas cidades onde estava sediado um poder político-administrativo associado a funções especulativas com certo relevo. Os empregos públicos e privados assim criados por essas atividades de relação, garantiam a essas aglomerações privilegiadas um fermento de vida, enquanto a interdependência local de funções assim criadas assegura a tais cidades a continuidade de sua importância relativa junto às respectivas áreas de influência, ainda que sua população e seu movimento econômico estagnem ou baixem, tanto em termos absolutos como em relação a outras cidades e regiões do País. Na Amazônia, trata-se de um modelo claramente macrocefálico, devido a uma divisão do trabalho incipiente e que apenas se reproduz, sem quase se alargar (SANTOS, 1993, p. 60).

Em seguida, cotejando as regiões, mostra, por exemplo, o crescimento urbano relativo considerável entre 1960 e 1980 da Amazônia e também do Centro-Oeste quando comparadas às demais regiões, passando o percentual da população urbana de 28,3% em 1950 para 52,4% em 1980; crescimento esse que se faz acompanhar do aumento representativo do número de cidades no mesmo período (SANTOS, 1993).

Com base na densidade técnica do território, destaca algumas particularidades do espaço amazônico e de suas áreas “vazias”, onde a colonização se fazia mais descontínua, mobilizando relativamente menos capitais e mais trabalho. Esses elementos de caracterização são tratados novamente em obra seminal sobre o território brasileiro no início do século XXI, concebida em coautoria (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Neste trabalho em particular, aparece com mais clareza a caracterização da Amazônia segundo a concepção miltoniana. É dessa forma que na discussão da expansão do meio técnico-científico informacional no território nacional, discussão essa teoricamente desenvolvida por Milton Santos em vasta produção ao longo principalmente dos anos 1990, os autores falam da existência de “quatro Brasis”.

Busca-se, dentre outras preocupações, reconhecer, com base na densidade econômica e técnica do território, a configuração das atuais regiões brasileiras, identificadas como a região Concentrada, o Centro-Oeste, o Nordeste e a Amazônia. No que diz respeito a esta última, os principais elementos caracterizadores de seu espaço são elencados naquela mesma obra (SANTOS; SILVEIRA, 2001), destacando: a) as baixas densidades demográficas e técnicas do território, quando comparadas a das outras regiões brasileiras; b) a importância das novas redes técnicas que são instaladas no seu interior, a exemplo das rodovias e das hidrovias; c) a fraca centralidade, na maior parte do espaço regional, do sistema de transporte e das redes de comunicação; d) o inventário de seus recursos ainda por ser feito, o que nos remete ao potencial e à grandiosidade da região; e) a possibilidade do conhecimento de seus recursos e de suas potencialidades fundada em modernos satélites e radares; f) a convivência de sistemas de movimentos modernos e rápidos com sistemas lentos e tradicionais; g) as conexões das cidades consideradas mais importantes, estabelecidas notadamente com espaços extra locais; h) a forma de relação dessas mesmas cidades com suas respectivas hinterlândias, expressa de maneira esgarçada; i) a presença de nexos do processo de globalização em áreas produtivas, voltadas para a exportação; j) a existência de cidades modernas, tidas como importantes pontos de apoio a essas mesmas atividades de exportação.

Tais elementos caracterizadores é que vão ajudar, em grande parte, a problematizar questões e reflexões que, inspirados no pensamento miltoniano, dão origem a um conjunto de teses e dissertações em Geografia Humana, no interior da USP, sobre a região amazônica.

AMAZÔNIA, PENSAMENTO MILTONIANO E PRODUÇÃO GEOGRÁFICA USPIANA

Milton Santos não orientou no PPGH-USP teses e dissertações que problematizassem diretamente as questões amazônicas, mas inspirou trabalhos sobre a região no âmbito do referido programa de pós-graduação, abordando, conforme pudemos agrupar, com base no levantamento realizado, temáticas que incluem: a) “região, globalização e integração dos lugares”; b) “atividades, fluxos e formação econômica do espaço regional”; c) “cidades, urbanização do espaço e centralidades urbano-regionais”; d) “atividades, serviços e políticas de turismo e lazer”; e) “planejamento, gestão e desenvolvimento territorial”; f) “perfil, mobilidade e questões populacionais”; g) “infraestrutura, serviços e políticas urbanas”.

Os trabalhos, em grande parte, integram a linha de pesquisa “Território, economia e dinâmicas regionais”, que ressalta a dimensão socioespacial da economia e da política, com preocupações voltadas para a: reconfiguração do território e dinâmica dos fluxos; reestruturação produtiva e mudanças nos processos de trabalho; crise capitalista no mundo contemporâneo; transformações na produção e na circulação; e dinâmica urbana/regional através de migrações/mobilidade do trabalho, do turismo e da Divisão Territorial do Trabalho (PPGH-USP, 2016).

Dentre as inspirações dessas contribuições sobre a Amazônia, destacamos a sua teoria dos circuitos da economia urbana, instrumentalizada em trabalhos como os de Montenegro (2012) e Tozi (2013), que incluem particularidades de Belém em cotejo com outras cidades brasileiras e, em muito, atualizam a discussão de Milton Santos da década de 1970 para a dinâmica de fluxos atuais. Para o caso amazônico, mostram, por meio de uma importante metrópole como Belém, expressões de formas de reprodução de um circuito inferior altamente articulado aos fluxos e circuitos mais modernos da economia urbana brasileira.

Em vários trabalhos, as noções de região, de espaço e de lugar aparecem como instrumentos de análise das problemáticas de pesquisa sobre a Amazônia. A leitura dessa região sempre busca ser feita tendo em vista os processos que a incorporam em uma nova divisão do trabalho em nível global e que a ela impõem tensões em face de uma nova configuração territorial.

É o que se percebe, por exemplo, em trabalhos que discutem a globalização dos lugares e das regiões, como o de Medeiros (1996), sobre a verticalização de Manaus; o de Rodrigues (2010), ao problematizar a dimensão política da soberania amazônica a partir da água; o de Campos (2011), ao abordar os territórios amazônicos que passam a ser conectados pela educação à distância; o de Marialva (2012), que analisa a presença de uma grande empresa de exploração de bauxita em uma pequena cidade amazônica, incorporando-a a uma lógica global; e Azevedo Filho (2013), que analisa expressões do turismo global em uma cidade ribeirinha emoldurada pelo ambiente da floresta. Nem sempre esses trabalhos têm em Milton Santos suas teorias de base, mas não deixa de ser perceptível a influência de conceitos desse autor no encaminhamento das análises sobre o espaço amazônico.

O instrumental mais recorrente, entretanto, é aquele que busca mostrar as transformações da estrutura territorial que se moderniza e que se densifica cada vez mais, dando respostas às novas demandas impostas e referindo-se ao papel assumido pelo espaço amazônico no contexto da nova Divisão Territorial do Trabalho que se impõe ao conjunto do território brasileiro. Isso é discutido em alguns trabalhos que têm em vista a nova configuração do meio técnico-científico informacional, os novos sistemas técnicos e os elementos que favorecem a fluidez territorial, tal como se observa em Huertas (2007, 2013), Silva (2010), Ravache (2013) e Delani (2015).

O primeiro, discute a fluidez territorial e as novas conexões de fixos e de fluxos configuradores de sub-regiões, considerando a dinâmica dos transportes que respondem a novas demandas de fluxo no território, seja em forma de quadrilátero, a exemplo do que se percebe entre Manaus-Belém-Distrito Federal/Goiânia-Porto Velho (2007); seja na forma de eixo, conforme se contata entre Manaus e Belém (HUERTAS, 2013, 2014). Nesses espaços reconhece uma importante centralidade da rede geográfica do transporte rodoviário, como o de carga, cuja configuração territorial é composta por linhas e nodais que, em seu conjunto, expressam a organização e a estruturação dessa atividade na formação socioespacial brasileira. Evidenciam também um processo de seletividade espacial que privilegiou certos pontos e áreas em detrimento de outros, demarcados pela concentração e atuação de seus agentes. Para essa discussão, mobiliza noções como Divisão Territorial do Trabalho, circuitos da economia urbana e circuitos espaciais de produção, de Milton Santos.

Essa mesma estruturação tecnicamente mais densa do território amazônico é objeto de análise sobre a expansão de novas atividades agrárias, que respondem a uma demanda global, a exemplo do que analisam Silva (2010) para Rondônia, e Ravache (2013) para o Mato Grosso. Ou, a exemplo da preocupação de Delani (2015), que busca estabelecer a relação entre a presença de grandes objetos, como as hidrelétricas, ao perfil epidemiológico de um espaço alterado por novos nexos técnico-científicos informacionais.

Ainda na mesma linha do raciocínio miltoniano, há trabalhos que se preocupam com o entendimento de cidades amazônicas, como aquelas que assumem papel intermediário na rede urbana e que têm como argumento explicativo as noções de verticalidades e de horizontalidades caracterizadoras do atual período técnico-científico informacional de que trata Santos (1994, 1996). Ribeiro (2010) considera isso chamando a atenção para as novas articulações de Marabá, no Estado do Pará, com o restante do território brasileiro e mundial; uma cidade que se reestrutura para atender às novas demandas ligadas aos mercados globais. Utilizando as mesmas noções para tratar de Tefé, no Estado do Amazonas, Queiroz (2011) mostra como a rede elétrica local viabiliza a integração territorial; bem como, a forma como se define uma espécie de centralidade periférica dessa cidade em face de um processo de integração relativizada, nos termos tratados pelo referido autor (QUEIROZ, 2015). Euzebio (2012), por sua vez, com base principalmente na noção de horizontalidade geográfica, aborda a condição de cidades gêmeas fronteiriças para falar da complementaridade de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia).

Outro conjunto de trabalhos buscam instrumentalizar a análise inspirados direta ou mesmo indiretamente em algumas importantes contribuições de Milton Santos. É o caso de sua noção de espaço, que inspira Novo (2012) a tratar o turismo de base comunitária em comunidades tradicionais da Região Metropolitana de Manaus, ou que dá subsídios para Cunha (2012) estabelecer a relação entre geografia, educação e gênero em seu estudo sobre escolas públicas em Manaus, também no Amazonas.

A relação entre território e cidadania, por sua vez, parece se fazer presente no estudo de Costa (2013), que vincula a questão do envelhecimento populacional à da gestão previdenciária no Brasil, mostrando, a partir da cidade de Lábrea, no Estado do Amazonas, a importância da população idosa para a economia local. Essa mesma relação entre território e cidadania é abordada por Novaes (2012), mas sob o enfoque da possibilidade de um novo modelo cívico territorial (SANTOS, 1987), decorrente de uma forma de planejamento, a do Congresso da Cidade, colocado em prática no Município de Belém. Para analisar essa experiência, utiliza a noção de lugar e de evento de Santos (1996), mostrando que ações inerentes a um modelo participativo de planejamento não se fazem apartados dos sistemas de objetos que estruturam o espaço urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que, nos últimos anos, as pesquisas que se voltam para a Amazônia têm-se expandido no interior da produção geográfica da Universidade de São Paulo. Após a ruptura com a geografia mais convencional que inspirou os primeiros estudos sobre a região concebidos no interior do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana dessa universidade, uma série de estudos críticos, notadamente de inspiração marxista, passaram a orientar as interpretações sobre esse espaço regional brasileiro e sul-americano.

Muitos desses estudos seguiram a linha dos professores orientadores e de destacados pesquisadores que lideraram um pensamento geográfico no Brasil, projetado, em grande parte, a partir da Universidade de São Paulo. Mesmo não tendo orientado diretamente nenhuma dissertação ou tese de doutorado sobre essa região, as contribuições de Milton Santos se fazem presentes em um bom número dessas análises e ganham destaque em trabalhos mais recentes, inspirados em suas teorias, noções e/ou conceitos.

As teses e dissertações direta ou indiretamente inspirados nesse autor se voltam para pequenas cidades e/ou seus municípios, como no caso de Lábrea (AM), Juruti (PA), Tabatinga (AM), Letícia (Colômbia), Lucas do Rio Verde (MT), Sorriso (MT) e Sinop (MT); alcançam outros municípios e/ou suas cidades de nível intermediário na rede urbana regional, como é o caso de Tefé (AM), Parintins (AM) e Marabá (PA), incluindo cidades capitais, como Porto Velho (RO); e chegam às grandes cidades – Belém (PA), Manaus (AM) - e/ou suas regiões metropolitanas. Outros têm recortes mais abrangentes e dão conta de dinâmicas socioespaciais e territoriais em nível estadual (Amazonas e Rondônia, por exemplo), sub-regional e macrorregional, quando então se busca entender a Amazônia em escala mais ampla.

Desenvolvem uma perspectiva de interpretação, a da “Geografia Nova” (SANTOS, 1986), que dialoga com os fundamentos da economia política marxista, mas também com outras contribuições da teoria crítica, a exemplo do próprio autor que os inspira, e de seus respectivos orientadores, que também seguem linha semelhante de abordagem. Com isso, pode-se falar de uma Amazônia cuja interpretação é dada a partir das premissas teóricas miltonianas, situadas especialmente em alguns eixos teóricos principais, a saber: circuitos da economia urbana e circuitos espaciais de produção; região, globalização e meio técnico-científico informacional; e território, cidadania e contrarracionalidades.

Tais eixos também já tinham sido discutidos pelo próprio Milton Santos ao pensar a Amazônia em alguns trabalhos em que essa região teve certo destaque como objeto de análise, seja

como espaço diferenciado, seja como parte da formação socioespacial e territorial brasileira, a exemplo do artigo em que discute o processo de colonização de Rondônia (SANTOS, 1982), ou o que discute os “grandes objetos”, inspirado nos grandes projetos da Amazônia oriental paraense (SANTOS, 1994 e SANTOS, 1995). Há, entretanto, o livro no qual a região é bastante referenciada e abordada sob a perspectiva da diversidade da urbanização regional brasileira (SANTOS, 1993) e, igualmente, aquele em que pensa a Amazônia como uma das regiões componentes dos “quatro brasis” (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

É esse legado do autor que hoje se converte em importantes desdobramentos em forma de artigos, teses e dissertações; todos eles expressões de esforços de pesquisa sobre a região amazônica. Ajudam, por isso, a entender a sua complexidade e diversidade como parte de uma nova dinâmica socioespacial e territorial que se apresenta, conforme é possível constatar nos trabalhos aqui mencionados, e que foram concebidos e realizados no interior do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO FILHO, J. D. M. *A produção e a percepção do turismo em Parintins, Amazonas*. 2013. 212f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CAMPOS, I. A. M. *Territórios conectados pela educação à distância no Amazonas*. 2011. 217f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CARLOS, A. F. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.

CASTRO, E.; MOURA, E.; MAIA, M. L. *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: NAEA-UFPA, 1995.

CONTEL, F. B. Milton Santos. In: PERICÁS, L. B.; SECCO, L. (Orgs.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 393-409.

COSTA, D. P. *A economia da cidade somos nós. Envelhecimento populacional e gestão previdenciária no Brasil: o Amazonas em foco*. 2013. 207f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CUNHA, A. S. *Geografia e educação: implicações do gênero no exercício da docência e na construção do espaço das escolas públicas estaduais de Manaus/AM*. 2012. 272f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

DELANI, D. *Meio natural, meio técnico e epidemiologia: as hidrelétricas e a difusão da dengue no complexo do Rio Madeira (Porto Velho, RO)*. 2015. 271f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

EUZEBIO, E. F. *Fronteira e horizontalidade na Amazônia: as cidades gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia)*. 2012. 168f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

HUERTAS, D. M. *Da fachada atlântica ao âmago da hiléia: integração nacional e fluidez territorial no processo de expansão da fronteira agrícola, 2007*, 315f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HUERTAS, D. M. *Território e circulação: transporte rodoviário de carga no Brasil*. 2013. 443f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

HUERTAS, D. M. A principal artéria fluvial da Amazônia brasileira como nodal do transporte rodoviário de carga. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 17, n. 2, p. 95-122, dez. 2014.

MARIALVA, D. A. *Novas dinâmicas territoriais na Amazônia: desdobramentos da mineração da bauxita em Juruti (PA)*. 2012. 98f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARTIN, J-Y. Lefebvre au Brésil (une géographie critique radicale). In: LETHIERRY, H. *Agir avec Henri Lefebvre: altermarxiste? Géographie radical?* Lyon: Chronique sociale: 2015. p. 105-121.

MEDEIROS, I. A. *Globalização dos lugares: a verticalização em Manaus*. 1996. 106f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MONTEIRO, C. A. F. *A geografia no Brasil (1934-1977)*. São Paulo: IGEOG-USP, 1980.

MONTENEGRO, M. R. *Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano: o circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém*. 2012. 291f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. *Geografia crítica: a valorização do espaço*. 4a ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

NOVAES, J. S. *Território e lugar: a construção democrática da metrópole - o Congresso da Cidade de Belém do Pará*. 2012. 420f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NOVO, C. B. M. C. *Turismo de base comunitária na Região Metropolitana de Manaus: caracterização e análise crítica*. 2012. 141f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, H. M. P.; TRINDADE JR., S-C. C. A Amazônia e o meio técnico-científico informacional: leituras da obra de Milton Santos. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, XVIII, 2016, São Luís, *Anais eletrônicos...* São Luís, Universidade Federal do Maranhão, 2016. p. 1-17. Disponível em: <<http://www.eng2016.agb.org.br/site/anaiscomplementares2?AREA=12>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

PPGP-USP. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. *As linhas de pesquisa*. São Paulo: USP, 2016. Disponível em: <<http://ppgh.fflch.usp.br/index.php/pt/linhas-pesquisa>>. Acesso: 04.01.2016.

QUEIROZ, K. O. *A rede elétrica na cidade de Tefé como instrumento de análise de integração territorial*. 2011. 207f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

QUEIROZ, K. O. *Centralidade periférica e integração relativizada: uma leitura de Tefé no Amazonas*. 2015. 325f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RAVACHE, R. L. *Migração e modernização em cidades médias da Amazônia legal: área de abrangência da BR-163*. 2013. 285f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

RODRIGUES, E. B. *Território e soberania na globalização: Amazônia, jardim de águas sedento*. 2010. 404f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RIBEIRO, R. *As cidades médias e a reestruturação da rede urbana amazônica: a experiência de Marabá no sudeste paraense*. 2010. 134f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, M. *Organização do espaço e organização social: o caso de Rondônia*. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 33, p. 51-77, 1982.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec 1994.

SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E.; MOURA, E.; MAIA, M. L. *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: NAEA-UFPA, 1995. p. 13-20.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, ano XIII, n. 2, p. 15-26, ago.-dez 1999.

SANTOS, M. De volta ao Brasil. In: SEABRA, O; CARVALHO, M.; LEITE, J. C. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 117

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, R. G. C. *Dinâmicas territoriais em Rondônia: conflitos na produção e uso do território no período de 1970/2010*. 2011. 222f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TOZI, F. *Rigidez normativa e flexibilidade tropical: investigando os objetos técnicos no período da globalização*. 2012. 262f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TRINDADE JR., S-C. C. Amazônia: leituras geográficas em perspectiva. *Papers do NAEA*, Belém, n. 355, p. 1-17, dez. 2015.

TRINDADE JR., S-C. C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. *Revista do IEB*, São Paulo, n. 50, p. 113-137, set./mar., 2010.

USP. Universidade de São Paulo. *Biblioteca digital de teses e dissertações*. São Paulo: USP, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/>>. Acesso: abr. 2015 a jan. 2016.

TRINDADE JR., S-C. C. Uma leitura da Amazônia a partir da obra de Milton Santos: contribuições da Escola Uspiana de Geografia. In: ENCuentro de Geógrafos de América Latina, XVI, 2017, La Paz, *Anais eletrônicos...* La Paz, Universidad Mayor de San Andrés, 2017. p. 1-12. Disponível em: <www.egal2017.bo/descargar-ponencias>. Acesso em: 19 jul. 2017.